

JUSTICA
com

Índice

<u>Editorial</u>	3
-------------------------------	---

Paula Ferreira Pinto, Juíza de Direito

<u>Ré em Causa Própria</u>	4
---	---

Adelina Barradas de Oliveira, Juíza Desembargadora

<u>O Outro lado do reflexo</u>	6
---	---

Paula Ferreira Pinto, Juíza de Direito

<u>Um balanço no primeiro ano da reforma do sistema judiciário. Uma visão a partir do interior do País</u>	8
---	---

José Manuel Tomé Galo, Juiz de Direito

<u>SIIP – Sistema Integrado de Informação Processual</u>	12
---	----

António Gomes, Juiz de Direito

<u>Arquitectura Judiciária</u>	15
---	----

Patrícia Branco, Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Marie Bels, Arquitecta e historiadora de arquitectura (versão original e tradução)

<u>E sendo Juiz?</u>	21
-----------------------------------	----

Cidalina Freitas, Juíza de Direito

<u>A (Des)propósito</u>	23
--------------------------------------	----

Milene Bolas Prudente, Juíza de Direito

<u>O Cantinho do João</u>	25
--	----

João Correia, Juiz de Direito

<u>Flores na Abissínia</u>	27
---	----

Carla Coelho, Juíza de Direito

<u>E o mar logo ali</u>	29
--------------------------------------	----

Ana Gomes, Juíza de Direito

<u>Pausa para Café</u>	30
-------------------------------------	----

Francisca Macedo, Escritora

<u>Crónica Feminina</u>	38
--------------------------------------	----

Quinhina da Conceição, Empresária

<u>Ficha Técnica</u>	40
-----------------------------------	----



Paula Ferreira Pinto

Juíza de Direito

Editorial

Pois é verdade, deliberámos não haver interregno para férias apesar de quase todos os que contribuíram para esta edição encontrarem-se, neste momento, no gozo do seu período de descanso anual.

Por tal, alguns encontram-se indolentes e preguiçosos, sem vontade de aprofundar o que quer que seja, dispostos somente a afastar a rotina que em diversos locais de veraneio persiste em ditar o ritmo da vida, mas que não resiste ao reencontro, ainda que fugaz, com a natureza elementar.

Outros não conseguem deixar de se indignar, lamentar e apontar as incorrecções que se propalam na opinião pública e, a propósito da publicada, questionam as razões por detrás dos deveres estatutários que oneram as magistraturas.

Há sempre aqueles para quem é inevitável “mergulhar no fundo dos assuntos” e, por entre recomendações literárias, efabulam sobre a vivência de Fellini por entre as gentes de Faro e a repercussão que tal teria tido na obra do génio.

E como o período de férias convida a olharmos para a realidade de forma detida e detalhada, perscrutamos as razões que subjazem às opções arquitetónicas das diversas Casas da Justiça, aqui e em França, a nação da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, dando a palavra a quem sabe da respectiva arte e a quem pode retirar com propriedade ilações sociológicas.

Apesar da pausa laboral, não conseguimos travar os ímpetos profissionais que nos fazem o que somos e, em jeito de balanço provisório, avalia um Sr. Juiz Presidente de Comarca, estrutura saída da Reforma Judiciária implementada em Setembro de 2014, os resultados da que foi proclamada pela Ministra sua autora como a maior reestruturação da Justiça dos últimos 200 anos.

Nesta toada, damos a conhecer, pela pena do seu próprio criador, o Sistema Integrado de Informação Processual, ferramenta informática que conduzirá finalmente o processo penal para o século XXI no que respeita à organização, análise e apresentação da prova.

E nem as férias afastam a imperiosa necessidade para parar e tomar café ou de atender ao relato de quem sempre ansiou mas só agora vive a experiência do pacote “tudo incluído”.

Boas leituras e excelentes férias!



Adelina Barradas de Oliveira

Juíza Desembargadora

Ré em Causa Própria

Em Agosto não que é desgosto

Eu tenho uma espécie de dever... de dever de sonhar ... de sonhar sempre.... E assim me construo e invento o palco e o cenário entre luzes brancas e luzes invisíveis.

Um dever de vencer o inimigo invencível...

Voar no limite improvável... tocar o inacessível chão... É minha lei virar esse Mundo cravar esse chão....

Quantas guerras terei de vencer por um pouco de paz?

.... e seja lá como for vai ter fim a infinita aflição... e o Mundo vai ver uma flor brotar do impossível chão.

.... Quem dera que fosse assim.....

Do que eu gostaria neste texto de Agosto era de vos falar do que me vai na alma porque pela minha alma perpassam coisas simples e um desabafo com quem me queira ou possa ouvir e, neste caso, ler. É um bom exercício de catarse.

E sem queixas, sem dores de alma, sem alegrias excessivas, sem mentiras... um desabafo que passe pela lamúria de que, só nesta data posso fazer férias porque as férias me são impostas em Agosto, num período em que tudo é mais caro e apesar de tudo,... TUDO está esgotado porque estamos em crise mas,... tudo está esgotado porque tudo está ocupado.

... Mas lá vinha a lamúria dos dinheiros...

E a lamúria da reforma judiciária em que se fez muita reforma e se deixou para trás o conceito de gestão de recursos humanos, tão falado por aí, que até dá direito a licenciaturas e pós graduações (que contam para os CVs) mas, são letra morta nos tribunais que são assim uns locais de gente estranha que se queixa, queixa , queixa mas trabalha para além do imaginável e a quem chamam “agentes judiciários”. Acreditem-me.

Acreditem que ao contrário do que se diz por aí, os tribunais não fecham em Agosto (nem nunca!) e são uma máquina de fazer justiça na hora. Assim como uma empresa de entregar pizzas.

A gente empoleira-se na cadeira da secretária como o jovem que entrega as pizzas na sua lambreta e vai de sair mais uma decisão quentinha com entrega na hora. Se traz tudo o que foi pedido e a massa está no ponto não interessa, interessa é que seja entregue na hora quando o jogo do Sporting Benfica está a decorrer. O Objectivo é entregar a pizza.

Mas não era disto que vos queria falar até porque, no último jogo, o meu Sporting ganhou a Super Taça, assim quase como quem ganha um lugar de super juiz.

(E porque é que quando falo desta expressão “super juiz” vejo logo o homem de capa vermelha com um S ?!)

O que eu queria mesmo neste Agosto que já vai em metade, era dizer-vos que estou de férias, que há uns dias que não me preocupo com a vida dos outros, nem com os problemas dos outros, que não me preocupo com a liberdade ou a segurança dos outros até porque, eu sendo juíza, nem sequer sou super. (A super mulher tem capa vermelha?!).

Era dos meus dias de calma aparente que gostaria de vos falar. Aparente porque isto de ser mulher e mãe não dá direito a férias 100% ... Nem a capa vermelha voadora. E será que alguma mulher tem realmente férias? Há as que têm coragem de as ter. E admiro essa coragem que me falta tantas vezes.

Espreguço-me na esplanada e fico a observar os turistas, os que trabalham, os que passam e os que se sentam a ver, a observar, a imaginar,... como eu, com cheiro a mar ao fundo.

Há tantas vidas nos olhares e nos pés descalços em havaianas. Há anos de trabalho para se conseguir uma semana de liberdade e descoberta. Há mãos cansadas, costas vergadas que passam um ano à secretária, pés quase descalços que passam o ano em saltos altos... ou não...

E eu com um esgotamento de palavras..... Estou mesmo com um esgotamento, não me sai o raio de uma prosa que vos convença e vos faça sentir assim, daquela forma que a gente sente quando a prosa é boa. Quando a prosa é boa a gente sente que só não é nossa porque não nos levantámos de noite para escrevê-la quando bateu aquela vontade de o fazer.

É. Tanta noite que deixo as ideias para de manhã e não acordo com elas e se acordo, nem concordo.

Em que buraco negro caíram entretanto?

Mas mais do que o dever de escrever em Agosto eu tenho um dever...

O dever de sonhar sempre.

E mais que o dever de sonhar, tenho o dever de realizar e de fazer o impossível possível, e ao inatingível,... a esse, tenho o dever de o tornar em algo logo ali, à mão, ao alcance de todos os homens e mulheres, em nome de Direitos Fundamentais que se escondem em Tratados que ficam amarelecidos no tempo e na lembrança dos homens e das mulheres, e dos meninos... ..

Eu tenho um dever... uma espécie de dever de sonhar e realizar... nem que seja Agosto, nem que casar nesse mês seja desgosto... (deve ser por isso que a culpa morre solteira....). Tenho o dever de me preocupar com o Outro... e curioso, faço-o incansavelmente por vocação.

Eu tenho um dever diário, eterno de realizar e de sonhar e atingir o inatingível chão, mesmo entre luzes brandas e músicas invisíveis.

Eu tenho o dever de fazer cumprir os Deveres e de impor o respeito pelos Direitos, mesmo que seja Agosto e casar neste mês seja desgosto.

*“Tenho uma espécie de dever de sonhar sempre,
pois, não sendo mais, nem querendo ser mais, que um espectador de mim mesmo,
tenho que ter o melhor espetáculo que posso.
Assim me construo a ouro e sedas,
em salas supostas, palco falso, cenário antigo, sonho criado entre
jogos de luzes brandas e músicas invisíveis.”*

[Fernando Pessoa](#) PESSOA, F. Livro do Desassossego, por Bernardo Soares.



Paula Ferreira Pinto

Juíza de Direito

O Outro Lado do Reflexo

Das Pequenas Frustrações Estivais

Esta é “servida” na primeira pessoa porque em plena época de defeso laboral, navegando em velocidade de cruzeiro no remanso estival, não me apetece nem grandes nem pequenas reflexões sobre as importantes e “fracturantes” questões do Judiciário, seus desenvolvimentos e constrangimentos, da sua plenitude e independência.

Na verdade, não me apetece quaisquer reflexões e, num exercício eventualmente egocêntrico de projecção da minha individualidade, parece-me que quem perde algum do seu tempo a ler estas linhas também não estará muito interessado em profundidades, mais ou menos filosóficas, mais ou menos – ou nada - conseguidas.

Por isso, quedo-me por partilhar as pequenas ansiedades de quem goza o seu período de férias, assumindo sem qualquer pudor o carácter totalmente individual desta – ou seja, partilho as minhas ansiedades sem pretensões.

Após onze meses a trabalhar – sim, onze meses já que contrariamente ao que vem sendo propalado há umas décadas, os magistrados não tem dois meses de férias -, lá me encontro a gozar o período de 23 dias úteis de descanso, talqualmente qualquer outro servidor do Estado que já tenha ultrapassado as quatro décadas de vida.

Ante a perspectiva do período, faço sempre uns planos megalómanos que incluem todas as tarefas que não consigo executar, ou executar detalhadamente, ao longo do ano, num verdadeiro exercício de optimização do tempo que, invariavelmente e ano após ano, se frustra e me frustra.

Começo desde logo por pensar que neste período temporal vou conseguir descansar, pondo o sono em dia; divertir-me com os meus filhos, dando longos passeios, alguns de cariz cultural, escrupulosa e previamente preparados com estudo antecipado dos monumentos ou museus a visitar; passar tempo de qualidade com o meu marido; ir ao cinema, ler os cento e cinquenta livros e mais as revistas que se amontoam numa pilha que se formou na minha mente mas que, à parte disso, é bem real; partilhar sem pressas conversas com amigos e fazer refeições divinas sem quaisquer preocupações – entre outras ocupações cuja enumeração seria fastidiosa.

E há sempre um projecto que nunca deixa de constar da lista acima referida: o de estudar aprofundadamente algumas matérias de Direito que me despertaram a atenção no decurso dos onze meses de trabalho e que, por não se revelarem necessárias à resolução de situações concretas, são relegadas para momento mais oportuno; ou seja, as férias.

Por isso, no momento de preparar a saída da família para viagem, há sempre uma pequena pasta contendo um qualquer manual de Direito, um estojo e um caderno, que engrossa a bagagem a transportar, esperando aquele momento perfeito, em plena época de descanso e em qualquer ponto geográfico, no qual se conjugam a vontade, o sossego e o nível de concentração adequado, sem os quais a tarefa está inexoravelmente votada ao insucesso.

De maneira nenhuma a preparação desta pequena pasta me é penosa. Tenho um verdadeiro gosto em seleccionar o tema a que dedicarei tão frutuosas horas de imersão em conhecimento e das quais sairei mais preparada e sabedora. Agrada-me particularmente a escolha do livro e autor, a preparação do material de trabalho e a sua junção, no pacote completo, à restante bagagem.

Espero sempre com sinceridade e honesta dedicação, conseguir tempo para executar a tarefa e chego inclusivamente a conseguir, por duas ou três horas, distribuídas por diversos dias, retirar o livro da sua pasta e a folheá-lo, ler algumas passagens e, nos melhores anos, até fazer algumas anotações.

Tudo para dizer que há um verdadeiro prazer na leitura perspectivada, que tem a inegável vantagem de juntar o útil ao agradável: o conhecimento que eventualmente dela me acrescentará, terá inevitável aplicação concreta e quase imediata no exercício das minhas funções.

Mas depois, e como não será difícil antecipar, acontece a realidade... E a realidade é que das mil uma coisas que relego para férias, só um décimo delas consigo realizar; e destas, só numa décima parte do planeado.

Na verdade, durmo pouco mais do que deveria; os passeios com os filhos concretizam-se mas entre a confusão que envolve qualquer actividade executada com três crianças, a preparação e estudo dos monumentos não passam do plano das boas e nobres intenções; o tempo de qualidade com o marido acontece nos escassos minutos em que furtivamente se bebe um café e é normalmente gasto a lamentar quão pouco é; as leituras acontecem, é certo, mas entrecortadas por apelos quase sempre motivados por irrisórias situações da prole; algumas refeições são mesmo gastronomicamente divinais mas decorrem por entre a algazarra própria de uma família numerosa; e as conversas com os amigos não sucedem tanto quanto o desejado, nem se prolongam como deveriam.

E o estudo do Direito, desprendido da casuística necessidade profissional, esse, fica para melhor oportunidade, ou seja, para as próximas férias.



José Manuel Tomé Galo

Juiz de Direito

Um balanço no primeiro ano da reforma do sistema judiciário.

Uma visão a partir do interior do País.

A reorganização do Sistema Judiciário assentou em três pilares fundamentais: o alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, a instalação de jurisdições especializadas a nível nacional e a implementação de um novo modelo de gestão nas Comarcas.

Decorrido um ano sobre a reforma pergunta-se se os objectivos foram cumpridos.

Antes de mais, cumpre salientar que, por norma, qualquer reforma é tardia. E num sector como o da Justiça a necessidade de aproximar o cidadão, reorganizar, modernizar e introduzir critérios de gestão justificava que as medidas tivessem sido antecipadas. No entanto, em contraponto, também se sublinha que o sucesso do empreendimento estava dependente de um conjunto de meios humanos, materiais e logísticos que, à data da entrada em vigor da reforma, não estavam totalmente garantidos.

Ou seja, numa visão marcada pelo “bipolarismo” analítico, esta reforma é tardia porque era há muito necessária e o estado da Justiça Portuguesa exigia procedimentos que ultrapassassem a simples reformulação cosmética. Contudo, noutro enfoque pode ser entendida como precoce na medida em que a nova organização judiciária deveria ser contemporânea à alteração dos Estatutos das Profissões Forenses, ao reforço da qualidade do parque judiciário, ao incremento consistente do investimento neste sector e, acima de tudo, ao aumento do quadro dos Oficiais de Justiça, factor que constitui, a meu ver, na actualidade, o principal problema do funcionamento dos Tribunais.

Numa análise perfunctória, considerando o primeiro tópico, o alargamento da base territorial aumentou as assimetrias entre uma justiça de centros metropolitanos dotada de meios humanos e logísticos e um aparelho judiciário do interior do país carente de recursos. Sintomático desta realidade é a circunstância dos meios materiais terem sido afectados prioritariamente aos Tribunais Judiciais situados no eixo Atlântico em detrimento daqueles que estão mais distantes das centralidades prioritárias, incluindo as eleitorais.

Numa matriz economicista e de política neo-liberal a opção de encerrar Tribunais com pouca actividade é legítima, embora seja consabido que a justiça tem uma função social que não pode estar subordinada a uma preocupação meramente contabilista nem pode estar condicionada a qualquer ideologia política de ocasião. Porém, esta opção deveria ter tomado em atenção, de modo mais sustentado, o critério do acesso das populações aos locais onde foram instaladas as Instâncias especializadas ou deslocadas as Instâncias Locais. Com efeito, foi nas zonas periféricas e mais destituídas de vias comunicação e de transportes que permitam às populações aceder ao sistema de justiça que a reforma teve impactos mais desfavoráveis. Importava, assim, corrigir alguns dos erros genéticos do desenho do sistema de organização judiciária.

Além disto, é absolutamente incompreensível que a rede nacional de Tribunais de Família e de Menores – e, nalguns casos, embora em menor escala, o mesmo sucede também na jurisdição de Comércio –, não fosse mais democrática e abrangente. Repete-se que é incompreensível que existam pontos do interior do País que não sejam beneficiários de jurisdições especializadas que sirvam o cidadão de uma forma qualitativamente diferenciada, em especial no caso da justiça de menores, sempre em nome e à luz do superior interesse destes. E não se invoque aqui, em contramão, a justificação da distância e das acessibilidades, as quais, amiúde, não foram entendidas na própria construção do arquétipo. É evidente que essas limitações existem. Contudo, seria possível prestar um serviço de excelência aos cidadãos do interior de Portugal se a lei contemplasse de forma mais vinculada uma ideia de mobilidade dos próprios magistrados. Os Juízes exercem a Justiça em nome do Povo e apenas pretendem que os Tribunais de Comarca sejam dotados de meios logísticos e humanos aptos a prosseguir uma política de justiça de nível europeu. Os magistrados judiciais sabem honrar os poderes soberanos que lhes estão confiados e com naturalidade optariam pela deslocalização das diligências, sempre que as situações o justificassem.

A não opção pela requalificação prévia dos Tribunais com a transformação de competências genéricas em Instâncias Especializadas determinou que, por exemplo, nalgumas jurisdições o número de lugares seja excessivo, como sucede em múltiplas Instâncias Centrais de Instrução Criminal. Estas, por via da opção legislativa encetada, acabam por estar sobredimensionadas nas suas competências, face ao regime do pretérito. No caso das Instâncias Centrais Criminais a opção pela existência de um quadro funcional que nem sempre é múltiplo de três não permite a optimização da capacidade de resposta. A consagração de Instâncias Centrais de competência mista não favorece a tempestividade decisória.

Esta alternativa de requalificação foi avançada pelo Conselho Superior da Magistratura nas reuniões regulares que manteve com a “Troika” da Justiça até ao início da primavera de 2013. A ser validada esta opção, isso permitiria, num primeiro momento, ajustar Tribunais à identidade programada para o futuro e teria a vantagem de potenciar a monitorização eficaz do sistema de justiça em ordem a detectar falhas de funcionamento e a prever necessidades práticas não planeadas. Como são diferentes as reformas no papel...

É certo que a concentração e a especialização da oferta judiciária têm, a par da racionalização e do melhor aproveitamento de recursos humanos, impacto no combate à morosidade processual e na extinção de processos pendentes. Porém, a centralização dos serviços judiciais não é um valor absoluto e visa – ou deve visar sempre – assegurar as

legítimas expectativas dos cidadãos e das empresas à luz dos ditames da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A par de tudo isto, a correcção teórica da concentração geográfica foi compensada com a falácia das secções de proximidade. Na realidade, tomando por base a generalidade dos casos, estas funcionam apenas como gabinete de atendimento ao público ao estilo de Loja do Cidadão Judiciário [a importação de uma filosofia Simplex para a área da Justiça nem sempre configura uma boa solução] mas praticam poucos actos de natureza estritamente processual com a mesma relevância que era cometida aos extintos Tribunais que ali funcionavam. Por um lado, numa perspectiva operativa tal não facilita realmente o acesso do cidadão à máquina judiciária. Noutra dimensão, consome recursos humanos ao nível dos Oficiais de Justiça que seriam melhor aproveitados de outro modo. Não se compreende o encerramento de certos Tribunais, alguns dos quais estavam, inclusivamente, dotados de bons meios materiais e instalados em edifícios com imensa dignidade. E também não se lobra o alcance de algumas secções de proximidade.

Sobre a implementação do novo modelo de gestão, uma Senhora Juíza Presidente já escreveu que se trata uma gestão à “Gaulesa”. Neste ponto, um dos cruciais na revolução copernicana da Justiça Portuguesa, aquilo que, a médio prazo, importa avaliar é se a gestão tripartida contribuiu para alcançar o desiderato último de prestação de um serviço de justiça de excelência e, concomitantemente, melhorar a imagem do Judiciário ou se, pelo contrário, foi um simples mecanismo de acautelamento preventivo das tensões dialécticas que poderiam existir entre os poderes independentes, autónomos e executivos que concorrentemente governam o sistema judiciário.

Decorrido um ano sobre a reforma, está melhor a Justiça?

Ainda que a visão seja provisória, face ao tempo curto da entrada em funcionamento do novo regime, respondo afirmativamente, sem embargo de algumas críticas que polvilharam o presente texto. Acolitada nas reformas processuais, a especialização permitiu o aumento da capacidade de resposta e reflexamente a diminuição do tempo médio de duração dos feitos judiciais. Nota-se que este acréscimo de rentabilidade só foi possível com o empenho de todas as profissões judiciais, mais umas que outras, como é evidente.

O parque judiciário foi melhorado, o número de salas de audiências cresceu, as funcionalidades informáticas foram aperfeiçoadas, o hardware está a ser substituído em larga escala e as condições de segurança foram melhoradas em muitos pontos do País.

No entanto, apesar das obras serem inevitáveis e terem sempre um custo de funcionamento, era importante que estas benfeitorias tivessem sido planeadas e introduzidas simultaneamente com o início da reforma. De qualquer modo, a melhoria consistente do sistema de Justiça só será uma realidade se ocorrer um reforço efectivo do número de funcionários judiciais – aquilo que está perspectivado para Setembro é importante mas não passa de um placebo para compensar as muitas saídas previstas para a aposentação –, a par de uma aposta decisiva na formação profissional dos Oficiais de Justiça.

Evitei propositadamente falar sobre o colapso do Citius e as dificuldades de interacção e comunicação integrada entre os diversos sistemas informáticos existentes, tema

extremamente debatido e que evidentemente condiciona a análise sobre a valia e a dimensão da reforma.

Numa futura análise espero continuar a responder afirmativamente a esta última pergunta. Oxalá, não me engane. Daqui a um ano é tempo de novo balanço.



António Gomes

Juiz de Direito

SIIP – Sistema Integrado de Informação Processual

Apesar dos avanços significativos verificados nos últimos anos na área da Justiça ainda não possuímos uma ferramenta que auxilie polícias, Magistrados do MP e Juízes na organização, análise e apresentação da prova em processo penal.

Foi a pensar nesse problema, e com o objectivo de auxiliar nesse trabalho, que idealizei o SIIP – Sistema Integrado de Informação Processual.

O meu desafio é apresentá-lo em poucas linhas.

O SIIP é uma ferramenta informática que se assemelha a um site, contém todos os elementos do processo físico, constituindo um verdadeiro processo electrónico (embora não esgote nisso a sua funcionalidade) e fica alojado num servidor local. Significa isto que, o SIIP fica instalado no computador de trabalho de quem, em cada fase processual, tem a custódia do processo físico e, por isso, o poder/dever de proteger a informação e de a ela aceder para análise e estudo.

O acesso ao processo electrónico apenas é permitido a quem tiver a disponibilidade física do computador onde o SIIP está instalado, assim se garantindo a confidencialidade dos dados.

No entanto, precavendo a necessidade de várias pessoas terem necessidade de acesso ao processo, o sistema permite a consulta de um processo electrónico concreto a partir de outros computadores que estejam integrados na rede dos tribunais (ou da polícia, se o processo electrónico aí estiver instalado), desde que previamente seja dada permissão de acesso e o interessado possua um registo válido.

Iniciada uma investigação, e prevendo-se que a mesma será volumosa e/ou complexa, é criada o «processo electrónico» a partir de um modelo pré-existente.

Segue-se a fase de carregamento dos elementos de prova a cargo da polícia ou do Ministério Público.

Seja qual for o meio de prova inserido, os primeiros elementos a preencher são os relativos à sua localização: anexo, volume e folha.

Estes dados permitirão depois fazer uma pesquisa básica pela localização física do elemento de prova no processo.

De seguida procede-se à classificação do elemento de prova.

Vejamos como se processa tal tarefa.

O utilizador indica se se trata, por hipótese, de um depoimento, uma escuta, uma busca, uma vigilância, uma denúncia, um documento,

um exame. O sistema apresenta, por defeito, dez categorias de dados. Mas, em cada processo concreto, podem ser criadas outras. Exemplificando, se num processo se revela essencial autonomizar, em termos de classificação, as facturas entre a empresa A e a empresa B, o utilizador cria essa categoria de dados e a partir daí, ao inserir esse documentos, os mesmos passarão a ser classificados como «Facturas entre a empresa A e a empresa B».

A classificação dos elementos de prova é importante porque permite posteriormente realizar a busca por esse critério. Podemos procurar, por exemplo, apenas os depoimentos, ou as buscas realizadas no processo, ou só as vigilâncias.

Finalmente, é criada a teia de relações entre os vários elementos de prova.

Se num processo se investigarem vários crimes, com distintos ofendidos e arguidos, ao inserir no sistema o depoimento de uma testemunha podemos indexá-lo ao crime sobre o qual depôs, ao ofendido daquele crime e ao arguido que interveio no mesmo.

Dessa forma, aquando da busca, se seleccionarmos um crime específico será apenas apresentada a prova relevante para aquele crime. Do mesmo modo, se seleccionarmos um ofendido concreto será apresentada a prova que se relaciona apenas com aquele ofendido.

E todos os critérios enunciados podem ser conjugados no sistema de busca para que seja devolvido um resultado mais preciso.

Exemplifiquemos: se se seleccionar o critério «Depoimentos» serão apresentados todos os depoimentos do processo. Mas se na busca, além daquele, se seleccionar um crime específico, serão apresentados apenas os depoimentos que relevam para prova daquele crime.

Acresce que, e a título meramente exemplificativo, no caso dos depoimentos, podemos realizar a pesquisa pelo nome do depoente, qualidade em que depôs ou entidade que presidiu. Nas buscas podemos realizar a pesquisa pelo nome do buscado ou morada da busca. E nas escutas podemos pesquisar pelo alvo da escuta, interlocutor, número da sessão, data certa ou intervalo de datas e conteúdo da transcrição.

O resultado que surge corresponde exactamente ao conteúdo do processo físico, podendo ser exibido na sala de audiências com recurso a um projector.

No caso particular das escutas o sistema permite a apresentação, em segundos, do áudio de qualquer escuta e da respectiva transcrição.

Numa outra vertente, o sistema permite a criação de um glossário. Isto é particularmente útil para processos em que se discutam questões técnicas, permitindo ao utilizador uma consulta rápida de conceitos e o acesso aos elementos de prova que aludem aos mesmos.

Importante é também a possibilidade que esta ferramenta apresenta de permitir a inserção do relatório final da polícia, do despacho de acusação, do despacho de pronúncia e do acórdão final e a criação de ligações para os elementos de prova referidos em cada uma dessas peças.

Dessa forma será possível ao magistrado do Ministério Público acompanhar a leitura do relatório final da polícia com a análise, em simultâneo, dos elementos de prova nele referidos. Assim como será possível ao Juiz Desembargador proceder à leitura do acórdão acompanhada da consulta dos elementos de prova nele elencados.

Em jeito de conclusão, diremos que o SIIP é uma ferramenta informática de simples utilização e fácil percepção que permite agilizar a consulta, a análise e a exibição de meios de prova em processos de natureza criminal, permitindo ainda operar cruzamento de dados e estabelecer interligações entre meios de prova e/ou intervenientes processuais, facultando um acesso rápido aos autos.



Patrícia Branco

Investigadora do Centro de
Estudos Sociais, Universidade
de Coimbra.

Tem o grau de Doutora em Sociologia do Direito, no âmbito do programa «Direito, Justiça e Cidadania no séc. XXI», pela Universidade de Coimbra, bem como o grau de Mestre (LL.M) pela European Academy of Legal Theory, Bélgica, e licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Fez estágio de advocacia durante o período de 2000 a 2002, pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados. Foi, entre abril de 2010 e dezembro de 2011, a Investigadora Responsável do Projeto de Investigação «Arquitectura judiciária e acesso ao direito e à justiça: o estudo de caso dos tribunais de família e menores em Portugal», financiado pela FCT/COMPETE (Ref.º: FCOMP-01-0124-FEDER-009199).

Publicou, entre outros, os seguintes artigos e capítulos de livros: (2015) "Odore di Napoli: What if Jurisprudence Came to us through Smell?", in *Non Liqueur: The Westminster Online Working Papers Series*; (2014). É organizadora do livro «Sociologia do(s) Espaço(s) da Justiça: Diálogos Interdisciplinares» (2013, Almedina).

Em breve será publicado "Os Tribunais como Espaços de Reconhecimento, Funcionalidade e de Acesso à Justiça" (VidaEconómica, 2015).

Arquitectura Judiciária

O Caso Português

Breve Introdução

Quando pensamos no Direito e na Justiça, pensamos sobretudo em termos de códigos ou de decisões, escritos. Contudo, reflete-se pouco sobre os espaços da justiça que são os tribunais. Ora, falar dos tribunais é falar também dos espaços onde se exerce e se aplica a Justiça, interpretando-se os factos da vida e os modos como estes são regulados pelo Direito. Resulta, assim, que dos edifícios, da sua estrutura, valências e acessibilidades, depende o êxito das múltiplas atividades em que assenta a prática e a aplicação da Justiça.

Mas, o que faz um edifício ser um tribunal? Bastará ter uma placa identificadora? Ou o seu reconhecimento enquanto espaço da justiça está ligado aos elementos arquitetónicos? E... que tipo de Direito e de Justiça nos comunica um edifício em avançado estado de degradação? Ou um edifício que parece uma construção em bricolagem? E um espaço burocratizado, cheio de computadores? Ou um espaço que se assemelha a um supermercado ou a um hospital? E a desmaterialização da justiça dá lugar a que tipo de espaço?



Tribunal de Loures. Instalações Provisórias (2015)

Retrato Português

Em Portugal vão surgindo, pontualmente, notícias na imprensa nacional sobre os edifícios dos tribunais, como na altura da desafetação do Tribunal da Boa-Hora e sua eventual transformação em hotel de 5 estrelas; com relatos da degradação dos edifícios; apontando problemas de segurança e a discutível funcionalidade do Campus da Justiça de Lisboa; ou que o Ministério da Justiça paga milhões em rendas e em fatura energética. E, mais recentemente, devido à reforma da organização judiciária implementada, sobre o fecho de tribunais ou a utilização de contentores como instalações temporárias.

Analisando a evolução dos espaços da justiça observamos várias tendências. Do Fórum romano passámos para a árvore da justiça medieval que albergava a itinerância do Rei, aos adros das igrejas e aos palácios senhoriais, aos conventos, aos paços do concelho, aos palácios da justiça e às casas da câmara, ao aparato judiciário do Estado Novo, ao período pós 25 de Abril. A evolução arquitetural dos tribunais respondeu, historicamente, à legitimação do poder político de cada época, bem

como da cultura jurídica e do poder judicial e à autonomização progressiva da função de julgar, à imposição de novas profissões (advogados, arquitetos), às evoluções processuais e tecnológicas e aos desafios económico-financeiros de cada período.

Em Portugal, os edifícios dos tribunais apresentam perfis variados em função da coexistência de diferentes estilos arquitetónicos, provenientes de dois principais períodos - Ditadura e Democracia - em que temos edifícios cujo modelo é reconhecível e foi herdado do Estado Novo, por oposição a edifícios construídos em período democrático e cujo modelo se caracteriza por uma grande heterogeneidade, recorrendo a uma estética menos elaborada, com materiais de menor qualidade, sem decoração, de tal forma que o edifício do tribunal se confunde com outros edifícios, públicos ou privados. As mudanças registadas decorrem, sobretudo, de constrangimentos orçamentais (racionalidade gestionária) e temporais (necessidade imediata de instalar fisicamente os tribunais criados por via legislativa), do aumento da litigação e das reformas processuais introduzidas, como a desmaterialização processual ou a reorganização do mapa judiciário. Assiste-se, ainda, à saída dos tribunais dos centros urbanos em direção à cidade em extensão, sobretudo com a instalação em edifícios residenciais, nas periferias das urbes.

Por outro lado, à heterogeneidade de edifícios contrapõe-se a homogeneidade do programa funcional interno, herdado do Estado Novo, e que continua a dar preferência aos mesmos tipos de valências – sala de audiências, gabinetes e secções de processos – não se distinguindo o trabalho administrativo do atendimento aos cidadãos, configuração que não respeita os tribunais enquanto espaços de trabalho, espaços de tecnologia, e, também, como espaços de vulnerabilidades.

Não existe, porém, uma ideia clara de como deverá ser o tribunal do século XXI, pelo que se está, ainda, em busca de um modelo, identificando-se sobretudo os aspetos negativos dos espaços em uso: por um lado, a sua irreconhecibilidade (a heterogeneidade de edifícios), e por outro lado a desadequação às diferentes competências materiais, a falta de acessibilidades e de valências (ex. salas de acolhimento de crianças ou de mediação), a falta de segurança e a falta de recursos humanos e materiais. Daí a importância de se refletir sobre os edifícios que ocupam, as condições em que se encontram, a adequação aos diferentes tipos de conflitos e diligências processuais e, sobretudo, a adequação aos utentes que aí entram todos os dias ou aos profissionais que neles trabalham. Em minha opinião, este é um dos grandes desafios da Justiça neste século.



Juízo de Família da Amadora (2009)



Tribunal de Santarém (1954)



Tribunal do Seixal (1998)



Tribunal de Família e Menores de Faro (1991)



Marie Bels

Architecte et historienne de l'architecture.

Diplômée de l'IUAV de Venise, et docteur en Architecture de l'Université Paris Est, elle s'est spécialisée dans la recherche sur l'architecture publique contemporaine, ses acteurs, ses modes de production, et la façon dont ses bâtiments représentent la société qui les construit.

Elle a enseigné dans plusieurs Ecoles nationales d'architecture françaises, tout en participant à des concours d'édifices publics auprès d'agences d'architecture parisiennes. Elle bénéficie actuellement d'une bourse de recherche du Käte Hamburger Center for Advanced Study in the Humanities "Law as Culture", pour écrire un ouvrage consacré à l'architecture judiciaire contemporaine.

L'architecture judiciaire contemporaine. Le paradigme français.

En matière d'architecture judiciaire, la France est un paradigme. C'est en France que le modèle du Temple de la justice, avec vaste escalier, colonnade et fronton, a été théorisé à la fin du XVIII^e siècle, avant de devenir l'emblème de la République naissante. Il est ensuite reproduit dans tout le pays pendant le XIX^e siècle, avec une telle constance qu'il en devient un modèle pour l'Europe entière. Aujourd'hui, c'est encore en France que ce modèle a récemment été détruit, ou réinterprété de façon radicale, à la faveur d'un vaste programme pluriannuel d'équipement mis en place par le ministère de la Justice dans les années 1990.

A la modernisation indispensable des conditions de travail de ses fonctionnaires, la Chancellerie ajoutait une forte demande de monumentalité, afin de renouveler l'image de l'institution que les cités judiciaires de la période précédente auraient contribué à banaliser. Une logique de l'équipement, caractéristique du fonctionnement d'un bâtiment particulièrement complexe, se combine alors avec une logique de grands projets, dans laquelle la capacité de création des architectes est fortement sollicitée. Les nouveaux dispositifs qui se mettent en place, en termes d'espace et de composition architecturale, contribuent à faire évoluer la typologie, à modifier les repères symboliques, et à promouvoir d'autres formes d'organisation et de représentation de l'institution judiciaire.

Alors que les espaces de bureaux représentent une part très importante de la surface utile des programmes, ils sont complètement banalisés, au nom d'une flexibilité idéale. La géographie des services et des juridictions concernées n'est pas prise en compte, sans parler de la différence, fondamentale dans un palais de justice, entre les juridictions pénales et les juridictions civiles.

Dans la partie publique, les salles d'audiences sont alors mises en exergue, et exprimées sous la forme de volumes ou de masses autonomes et surdimensionnés. Elles sont positionnées avec un grand souci de mise en scène dans l'espace de la salle des pas perdus, ou carrément dans l'espace urbain. Elles concentrent de fait l'essentiel du travail architectural, ce qui les distingue, à tous points de vue, de l'espace tertiaire indifférencié.

La rationalité d'une flexibilité idéale se croise alors avec son contraire, une caractérisation exacerbée, d'autant plus nécessaire que le reste de l'édifice est banalisé; tandis que le vocabulaire de la représentation est fait d'oppositions binaires, comme opacité/transparence, ou flexibilité/historicité. Il en résulte une architecture emblématique, qui fait référence à une symbolique primaire de la justice.

La trivialité des images produites ouvre un champ de questionnements relatifs au rôle et au statut de l'architecture de l'institution. Elle témoigne également de la difficulté qu'il y a à matérialiser les espaces et les principes de la démocratie, un sujet particulièrement sensible dans la patrie de la Déclaration des droits de l'homme et du citoyen, la souveraineté du peuple étant par essence insaisissable et sans lieu, et de surcroît égalitaire, c'est-à-dire fidèle aux principes universels des Lumières. Par ailleurs, nous sommes à une époque de libération extraordinaire des facultés cognitives de l'architecture et de dérégulation des idéologies structurantes. Aujourd'hui, les architectes ont envie de faire rêver, d'être des artistes, d'autant plus que les programmes de dessin et de calcul informatique le leur permettent. L'héroïsme moderniste qui voulait transformer le monde a cédé la place à une pratique individualiste, hédoniste et anti doctrinaire.

Crise de l'institution et de sa représentation symbolique, ou crise de la représentation classique des attendus du pouvoir ? Les deux, en leur combinaison.



Palais de justice de Bordeaux, architecte Richard Rogers, 1992-1998.

Vue de la façade latérale.



Palais de justice de Melun, architecte Françoise Jourda, 1994-1997.

Vue de la salle des pas perdus, et des salles d'audience, de part et d'autre.



Marie Bels

*Arquitecta e historiadora de
arquitectura*

*É diplomada pelo ITUAV de
Venise e doutora em
Arquitectura da Universidade
Paris Est. Especializou-se na
pesquisa sobre a arquitectura
pública contemporânea, os
seus actores, os seus modos de
produção e a forma como os
edifícios representam a
sociedade que os construiu.
Ensinou em várias Escolas
nacionais de arquitectura
francesas, participando em
concursos de edifícios públicos
junto de agências de
arquitectura parisienses. Ela
beneficia actualmente de uma
bolsa de investigação do Kate
Hamburger Center for
Advanced Study in The
Humaties "Law as Culture",
para escrever uma obra
consagrada à arquitectura
judiciárias contemporânea.*

O paradigma francês

Em matéria de arquitectura judiciária, a França é um paradigma. É em França que o modelo do Templo da justiça, com imponente escadaria, colunada e frontão foi teorizado, no final do século XVIII, antes de se tornar o emblema da República nascente.

Esse modelo foi em seguida reproduzido em todo o país durante o século XIX com tal frequência, que se tornou o modelo para toda a Europa. Hoje, ainda em França, este modelo foi recentemente destruído ou reinterpretado de modo radical, a favor de um vasto programa plurianual de equipamento, posto em prática pelo ministério da Justiça nos anos 1990.

À indispensável modernização das condições de trabalho dos seus funcionários, a Chancelaria acrescentou uma forte procura de monumentalidade, com a finalidade de renovar a imagem da instituição, que os citados judiciários do período anterior teriam contribuído para banalizar. Uma lógica de equipamento, característica do funcionamento de um edifício particularmente complexa, combina-se com uma lógica de grandes projectos, na qual a capacidade de criação dos arquitectos é fortemente solicitada. Os novos dispositivos a ter em conta, em termos de espaço e de composição arquitectural, contribuem também para fazer evoluir a tipologia, modificar as referências simbólicas e promover outras formas de organização e de representação da instituição judiciária.

Ainda que os espaços de escritórios representem uma parte muito importante da superfície útil dos programas, estes são completamente banalizados, em nome de uma flexibilidade ideal. A geografia dos serviços e das jurisdições a que dizem respeito, não é tomada em conta, isto sem falar da diferença, fundamental num palácio de justiça, entre as jurisdições penais e as jurisdições civis.

Na parte pública, as salas de audiências são colocadas em destaque e expressas em dimensões volumosas ou em massas autónomas sobredimensionadas. São posicionadas com grande cuidado e encenação, no espaço da sala dos passos perdidos ou a título definitivo, no espaço urbano. Elas concentram de facto, o essencial do trabalho de arquitectura, o que as distingue, sob todos os pontos de vista, do espaço terciário indiferenciado.

A racionalidade de uma flexibilidade ideal cruza-se então com o seu contrário, uma caracterização exacerbada, tanto mais necessária quanto o resto do edifício é banalizado, enquanto que o vocabulário da representação é feito de oposições binárias, como opacidade/transparência, ou flexibilidade/historicidade. Daí resulta disso uma arquitectura emblemática, que faz referência a uma simbólica primária da justiça.

A trivialidade das imagens produzidas, abre um campo de questionamentos relativamente ao papel e ao estado da arquitectura da

instituição. Ela testemunha igualmente a dificuldade que há em materializar os espaços e os princípios da democracia, um tema particularmente sensível na pátria da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, a soberania do povo, sendo por essência intangível e sem lugar e além disso igualitário, ou seja, fiel aos princípios universais das Luzes. Aliás, estamos numa época de liberação extraordinária das faculdades cognitivas da arquitectura e da desregulamentação das ideologias estruturantes. Hoje, os arquitectos têm vontade de fazer sonhar, de ser artistas, tanto mais que os programas de desenho e de cálculo informático o permitem. O heroísmo modernista que queria transformar o mundo, cedeu o lugar a uma prática individualista, hedonista e anti doutrinária.

Crise da instituição e da representação simbólica, ou perante uma crise da representação clássica dos pressupostos do poder? Ambas, na sua combinação.



Palácio da justiça de Bordéus, arquitecto Richard Rogers, 1992-1998.

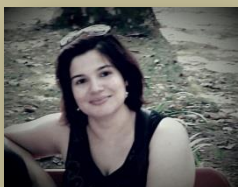
Vista da fachada lateral.



Palácio da justiça de Melun, arquitecto francês Jourda, 1994-1997.

Vista da sala dos passos perdidos e das salas de audiência, de ambos os lados.

Tradução realizada por Júlia Moura Lopes



Cidalina Freitas

Juíza de Direito

E sendo Juiz?

O Calor de Agosto

Tentei conter-me, morder a língua e falar de coisas leves e fúteis, afinal estamos em Agosto e o calor pede isso. Mas... não consigo.

Recentemente, em Julho ainda, foi publicada uma notícia em que o título dizia que os magistrados agora iam ser responsabilizados pelos atrasos (Notícias ao Minuto – 28 de Julho de 2015).

Só agora? Ainda não eram?

Sempre o foram, de uma maneira ou de outra. Custa-me ver a invidade como se fosse uma conquista, a nova descoberta do Brasil.

Os magistrados são avaliados de 4 em 4 anos (às vezes a dilação é maior, atento o número de inspectores em relação ao número de magistrados a avaliar e à extensão do trabalho de cada magistrado a avaliar). Sempre foram. E sempre que tenham atrasos dolosos, propositados, os magistrados são disciplinarmente punidos. Sempre foram. Não é uma inovação a vigorar desde 1 de Setembro de 2014!

Sublinho que os atrasos têm de ser dolosos, propositados, ou com negligência grave, por desleixo. Não pode ser qualquer atraso.

E não se esgrima o velho argumento que se os advogados cumprem os prazos, os juízes também os deviam cumprir. Estamos a falar de realidades diferentes. Um juiz não escolhe, em sentido estrito, o volume de processos que lhe são atribuídos. Concorre a um lugar e todos os processos que a esse lugar forem distribuídos são da sua responsabilidade, quer sejam 500, quer sejam 5.000 ou até 20.000, como acontece agora em algumas instâncias de execução.

E o juiz não gere o seu trabalho na totalidade. Os funcionários da secção decidem quantas conclusões abrem em cada dia e quais, como já referi anteriormente nestas páginas.

Ora, como diria um antigo primeiro ministro: basta fazer as contas. Se a secção abrir conclusão, todos os dias, em 70 processos (num universo de 500 processos é possível, que dizer num universo de 5.000 ou 20.000 processos), se além destes processos se fizer julgamentos (e tem de se fazer, o que acarreta as correspondentes sentenças), a situação torna-se ingovernável.

E mesmo que se trabalhe 12 horas por dia (ou 14 ou 16, além dos feriados e fins de semana), nem sempre se consegue fazer tudo, no prazo

estabelecido, sem qualquer dolo ou negligência, mas porque o esforço pedido é superior ao humanamente possível.

Não se fizeram estudos sobre quantos processos devem estar a cargo de cada juiz, o que seria razoável exigir de cada magistrado. Encontrou-se um sucedâneo “milagroso”: a taxa de descongestionamento. Até parece um palavrão. A taxa de descongestionamento positiva significa que a secção/magistrado terminaram mais processos do que aqueles que deram entrada, no mesmo período, naquela secção. Hum... parece bem, perfeito. Se sempre se terminarem mais processos do que aqueles que entrarem, não haverá pendências excessivas, mas....

Sou repetitiva e digo, há sempre um mas! Falemos de exemplos numéricos para tornar a realidade mais clara: a semana tem 5 dias úteis, em cada dia útil existem 2 períodos de sala (é um novo termo utilizado para designar as manhãs e tardes de cada dia). Em cada período de sala (das 9H00 às 12H30 e das 13H30 às 17H00) podemos fazer um número limitado de julgamentos. E não podemos passar os 2 períodos de sala, dos 5 dias úteis, a fazer julgamentos por duas ordens de razões: na maioria dos tribunais não existe uma sala de julgamentos para cada juiz, temos de partilhar com mais 1 ou 2 colegas, e, a mais importante, porque temos o trabalho de gabinete para fazer, as tais conclusões e sentenças.

Falando da realidade de um juízo criminal, ou melhor, de uma instância local criminal, para utilizar a nova terminologia judiciária, pode-se acomodar 3 ou 4 julgamentos por período de sala, se forem crimes muito simples e com poucas testemunhas, ou um único julgamento, se tiver muitas pessoas para ouvir (arguidos e/ou testemunhas). Temos ainda que contar com as “derrapagens” de tempo (pensarmos que um julgamento é simples e sair da sala, depois de 3H30 a ouvir uma única pessoa). Não se pode ainda esquecer o trabalho de gabinete, ao compor a agenda de julgamentos.

Em suma, nas expectativas mais optimistas (e eu sou uma optimista), poderá fazer-se, sem exageros excessivos, entre os 20 e os 40 processos, em cada mês. Mas este último número só será alcançável num universo de processos muito simples, com pouco tempo de sala, com poucos problemas jurídicos, com pouca discussão, quer de factos, quer de direito.



Milene Bolas Prudente

Juíza de Direito

A (Des)propósito

... da Magistratura nas redes sociais.

“Magistrados investigados por comentarem Sócrates no Facebook”
– in <http://www.sol.pt/noticia/386326>.

Arregaço as mangas e vejo qual a melhor forma de abordar este tema sem ferir susceptibilidades... Talvez deva começar por sugerir que sejam saradas as feridas, fazendo uma pausa nesta leitura (com café, de preferência) e depois, com o penso rápido colocado e a ferida a cicatrizar, iniciem com os olhos críticos esta abordagem da “coisa”.

Este foi um dos títulos possíveis de uma notícia que tem feito correr muita tinta e sobretudo muitas palavras dentro e fora da magistratura: seja pelo que foi divulgado, seja por ter sido divulgado, seja em procura de quem divulgou ou ajudou a divulgar. E há opiniões para todos os gostos. Sobretudo acérrimas.

Quando ingressamos na Magistratura temos noção dos nossos direitos e deveres estatutários e que estes limitam de certa forma os nossos direitos de cidadania: não poder exercer qualquer outra profissão, remunerada ou não; gozar as férias apenas no período em que os tribunais estão “fechados” a processos não urgentes; não residir, salvo autorização, fora da sede do juízo onde exercemos funções... E, o que interessa para esta exposição, a proibição de fazer declarações ou comentários sobre processos.

Agora, o chorrilho:

Qual o fundamento do dever de reserva?

Será para garantir que, aos olhos do povo em nome de quem administra a Justiça, o julgador é independente e imparcial?

Mas, ainda que não declare ou comente, poderá alguém saber o que se passa no pensamento do julgador? Qual a sua intuição, quais os seus juízos de valor, as suas impressões relativamente a determinada situação?

Será que para que a sociedade acate e respeite as decisões judiciais tem que respeitar o transmissário, ver no transmissário uma pessoa digna, supra-homem, sem necessidades, sem opiniões, sem sentimentos?

E se este supra-homem (ou supra-mulher, dado estarmos actualmente em maioria) comete alguma falha humana (deixa passar o prazo para pagar a água, o prazo para entregar a declaração de IRS, levanta a voz ao falar ao telefone com um operador de call center de

uma qualquer rede de telecomunicações...)? Terá legitimidade para julgar? Se também falha? Se tem opiniões? Se aquela situação da vida lhe causou algum asco?

Como é que o cidadão sabe que o julgador não vai espelhar as suas frustrações e sentimentos na decisão que vai proferir: é pelo que não diz?

Consistirá, então, o fundamento Dever de Reserva na garantia aos olhos de todos e cada um dos cidadãos que no momento da aplicação da lei o julgador está depurado de quaisquer emoções, sentimentos ou preconceitos?

Então o busílis da questão, no sentido de estar em causa o fundamento do Dever de Reserva, incidirá na circunstância de os comentários terem sido feitos ou no facto de terem sido tornados públicos?

E o que nasceu primeiro: o ovo ou a galinha...?



João Correia

Juiz de Direito

O Cantinho do João

O Sol Invisível

Federico Fellini cresceu em Faro.

É uma cidade bonita com pouco turismo mas mesmo assim com o seus encantos especiais que passam não tanto pela paisagem (de salientar que a escola secundária que frequentei tem uma das melhores vistas que uma escola pode ter) mas um pouco mais pela forma com a qual a sua população enfrenta certas contingências da vida.

Confesso que tenho andado mais atento às histórias que me contam sobre a vida citadina de Faro do que noutras épocas. Talvez porque na altura estava mais focado em Lisboa mas sobretudo porque tais histórias remetem-me para Federico Fellini. Caso crescesse aqui onde estou, faria uma versão um pouco diferente do “La Dolce Vita”, mas certamente sem perder a sua magia. Realizaria também uma perspectiva diferente do “La Strada” e algo um pouco diferente do “8 ½”.

São longas e quentes as noites aqui. Fellini teria de privilegiar os cenários noturnos mas beneficiaria muito dos habitantes dos anos 60, os quais (apenas em parte, claro) aquando dos jogos de futebol da cidade, pediam autorização aos membros da minha família para ocupar a sua varanda e de onde tinham a possibilidade de ver apenas metade do estádio de futebol. Vibravam com a sua metade do estádio e apesar de assistirem apenas e só a metade dos passes, das faltas e dos remates, imaginavam o que se passava na outra metade, aquela que não tinham oportunidade de ver porque tapada pelo muro do estádio. A imaginação destes colmatava o que não viam.

São amenos os dias aqui. Fellini retiraria bons planos pela manhã assim como do pôr-do-sol reflectido na ria. Quando precisasse de uma amálgama humana poderia entrar num café no bairro de São Luis, frequentado ainda hoje por uma clientela predominantemente masculina, onde o chinelo de dedo também predomina, assim como a camisa aberta até ao umbigo e onde a cerveja se bebe, maioritariamente, de garrafa, se necessário, sentado no lancil de entrada do estabelecimento comercial em causa. A mundividência daquela malta surpreenderia qualquer um e Fellini não ficaria indiferente.

São diferentes os estabelecimentos de diversão por aqui. Uma sociedade recreativa de outros tempos, vocacionada para bailaricos familiares, ainda marca pontos nas noites de hoje em dia (tem uma esplanada invejável) e Fellini poderia assistir a pais e mães controladores das suas filhas que permitiam que dançassem com bandidos disfarçados

de gente séria ao mesmo tempo que as proibiam de dançar com gente séria que tinha a infelicidade de nascer com cara de bandido.

Fellini ficaria por cá, estou certo, pois o seu universo felliniano seria preenchido, e sem este se dar conta, com todas as constelações, com todas as estrelas, sóis, com todas as poeiras cósmicas que nos fazem amar Fellini, desta vez, com a “Julieta dos Espíritos” colorida com pronúncia.



Carla Coelho

Juíza de Direito

Flores na Abissínia

Cansado da vida de candidato a advogado e preocupado em conquistar Genoveva, amante de Dâmaso Salcede, Vítor o protagonista de *A Tragédia da Rua das Flores* lançou um grito de revolta nas ruas de Lisboa: “Ao diabo com os autos” largando a correr ao encontro da sua carreira como conquistador. Mesmo que sejam diferentes as nossas ambições (e considerando o fim daquele romance queirosiano, ainda bem) é sempre com um certo alívio que vemos chegarem as férias. Mas para aqueles de nós que têm o vício (ou a virtude) de fazer perguntas até em férias não perdemos a vontade de descobrir a verdade escondida.

Deixo aqui algumas sugestões que obedecem a esse gosto tão nosso de não ficar pela rama e mergulhar no fundo dos assuntos. Os livros de história são uma fonte inesgotável de surpresas. A história começa na Suméria de Samuel Noah Kramer é um bom exemplo disso. Estamos habituados ver nos gregos o início da civilização ocidental mas este livro desmistifica essa ideia. Depois de o lermos percebemos por que motivo alguns falam não no milagre grego, mas na amnésia grega. Basta dizer que a mais antiga sentença que se conhece (hoje depositada no Museu Britânico) foi proferida por um juiz da Suméria. Quando foi recuperada séculos mais tarde um juiz do Supremo Tribunal norte-americano a quem foi apresentada concluiu que tantos anos depois o caso teria no essencial mesma solução jurídica.

Num registo diferente mas ainda indo ao encontro da história vale a pena ler *O meu coração é árabe* de Adalberto Alves. Trata-se de uma colectânea de poemas que revela a nossa herança poética árabe. Ao contrário do que sucede em Espanha o contributo árabe para construção da nossa identidade tem sido pouco preservado. É pena até porque quando lemos alguns destes poemas percebemos melhor de onde vem o proverbial fatalismo luso.

Ainda dentro do plano histórico também vale a pena ler as *Memórias de Pôncio Pilatos* de Anne Bernet. É uma obra que nós dá uma perspectiva diferente deste procurador do Imperador Tibério na Judeia. Li-a há alguns anos e nunca o esqueci até por conseguir dar uma dimensão humana de Pilatos e da sua esposa que, até então, nunca tinha visto em qualquer registo.

As férias são muitas vezes sinónimo de viagens. O que não falta são relatos de experiências nos vários continentes, umas com uma nota de aventura, outras de amor e/ou humor. Mas também aqui há vozes dissonantes que acabam por ser as mais atraentes. Deixo duas opções. A primeira é da autoria de Lawrence Sterne escritor do século XVIII. Confrontado com a realidade então emergente da Grand Tour Sterne não poupou os seus contemporâneos na sua *Viagem Sentimental*. Por último, é também interessante a perspectiva de Xavier de Maistre com a sua

Viagem à volta do meu quarto. Neste livro um jovem nobre forçado a permanecer na sua casa por quarenta e dois dias decide escrever a obra com o tema que o título deixa adivinhar. Este livro é considerado um dos precursores do romance contemporâneo e é precisamente uma das minhas leituras para o período estival.

Boas férias!



Ana Gomes

Juíza de Direito

E o mar logo ali

Excessos e equilíbrios

Rita vem de Lisboa com a filha adolescente. Devem ser as últimas férias com a mãe sem exigir uns dias com as amigas e outros com o namorado. Chegue o tempo e o dinheiro para tanto.

Quando Lisboa e o Porto se abrem a turistas e deixam ir rumo ao sul os seus filhos, naturais ou adotivos, o Algarve transforma-se. Uma pequena vila acolhe milhares como Rita que apesar de afirmarem que precisam de descansar o que encontram não é o que vem nos sites de promoção turística. Tal como em Lisboa, é atropelada por outros veículos e buzinas. Aqui, ainda, supermercados e restaurantes apinhados. Se soubesse tinha feito um avio para os 15 dias, cozinhava em casa e tinha escolhido um abrigo mesmo junto à praia ainda não descoberta, se a houvesse.

Finalmente na praia. No ar quente sente o cheiro de aromas, alguns a lembrar a infância. E à tardinha, sol e mar!

O mar a recuar e as esculturas das crianças crescem, os passos de corrida dos que acham que vão a tempo de ficar em forma para mostrar tudo e dos que, já iniciados, apenas mudam o piso porque o alheamento do que os rodeia é total: equipamento que mede tudo e fixa o local exato onde o pé pisou a areia. Rita dá-se conta de que estamos dominados por números e guarda o relógio no saco e desliga o telemóvel. Programa-o para renascer só dali a uns dias. Faz uma caminhada descontraída à beira-mar, a prestar atenção às conversas, aos fatos de banho, às barrigas e aos músculos.

De repente, várias Sunset Parties: músicas a tocar a ponto de não se compreender o que podia ser uma fusão entre techno e kizomba. E gente a dançar um ritmo sem se desconcentrar com o outro. Será que a confusão é só da sua cabeça?

Afasta-se em direção ao mar. Rita decide mergulhar e quando regressa à superfície já só ouve o movimento da água.

– Este é o meu *habitat*, como diria o senhor Palomar.

Entra in acqua, si staca dalla riva, e il riflesso del sole diventa una spada scintillante nell'acqua che dall'orizzonte s'allunga fino a lui."

Italo Calvino, "La spada del sole" em "Palomar", 1994,
Arnoldo Mondadori Editore



Francisca Macedo

Escritora

Pausa para Café

V Capítulo - Londres

Quando a Carolina revelou à mãe que decidira viajar durante e época natalícia, houve uma pequena discussão. A mãe acusou-a de não ligar à família, de passar mais tempo no Tribunal e com os amigos, de a ignorar a ela e à irmã, de não querer saber de nada, nem de ninguém. A Carolina não se defendeu, deixando a mãe desabafar.

- Mãe, eu ainda não estou bem. Eu sei que para ti já passou muito tempo, mas para mim não. Eu fico feliz, por vos ver felizes, a todos. Mas eu não estou assim tão feliz. E custa-me estar a fingir, para não estragar o vosso Natal. Não quero ter de fingir, nem quero estragar o vosso Natal. Por isso decidi viajar. Eu estou bem, só não estou tão bem.

A mãe calou-se e olhou-a com ar pesaroso:

- Desculpa querida. Pensei que já estava tudo ultrapassado. A gravidez da Teresa não ajuda, pois não?

- Não é isso mãe. Estou feliz pela Teresa e pelo Manuel. Eles têm um casamento bonito, bom. Um outro filho vem aumentar a felicidade deles e isso é de admirar, o que eu admiro. Mas eu estou numa fase má, que já está a ser ultrapassada, mas que não está completamente ultrapassada, ainda não estou em condições de estar convosco sem estragar tudo. Diz-me que percebes.

- Percebo, querida. Apenas gostava que já estivesse tudo bem. E já conheceste algum rapaz que te tenha chamado a atenção?

A Carolina revirou os olhos, o que fez a mãe sorrir.

- Sim, mãe, vários, mas pelos motivos errados, chamaram-me a atenção porque não pagaram as suas dívidas e são réus em processos que eu julgo. Isso tem a minha atenção.

- Voltamos ao mesmo, Carolina, só pensas em trabalho.

A Carolina abanou a cabeça e não respondeu. Era uma luta perdida. Na opinião da mãe, mortos ao chão, vivos ao pão, rei morto, rei posto, logo, havendo divórcio, toca de procurar novo marido. Desligou da conversa e deixou a mãe falar, dizendo apenas sim ou não, abanando a cabeça mas sem realmente participar da conversa. Para quê? A mãe sabia tudo.

No dia da viagem, a Andreia telefonou-lhe antes de ir para o aeroporto:

- Só para te lembrar que tens de ir ao British Museum. É espectacular e tu vais adorar, tem imensas peças da civilização grega e egípcia, não percas.

- Sim, Andreia, já anotei. Também anotei o Palácio de Buckingham e, last but not least, o passeio a pé pelos locais do Harry Potter.

- Juro que não percebo a tua fixação pelo Harry Potter.

- Não comeces. São livros giros, em que o bem triunfa sobre o mal e é possível fazer feitiços para te vingares de quem te chateia. Como seria tão bom poder fazer alguns daqueles feitiços, gosto particularmente do “petrafficus totalis” ou coisa que o valha. Faria aos meus funcionários de manhãzinha, quando chegasse ao Tribunal e só desfazia, à tardinha quando saísse.

- Desisto. Mas não te esqueças do Museu.

- Não te preocupes, comprei um mapa de Londres e já assinalei tudo o que queria ver e, dia sim, dia não, é para deambular sem destino, que também é importante.

- Já agora, feliz Natal.

- Obrigada. Feliz Natal também para ti.

Desligou o telefone e foi para o táxi, em direcção ao aeroporto.

A viagem foi rápida e desceu em Londres, num clima frio e com alguma neve. Ia ter um Natal como nos cartões postais, com neve e frio de rachar.

Já no hotel, fez o check in e perguntou a que horas serviam o jantar no restaurante, uma ceia de Natal diferente, sozinha, num hotel londrino. Sorriu para si própria, era a altura certa de começar novas tradições.

- Carolina? – A Carolina voltou-se espantada de ouvir o seu nome no meio de um hotel em Londres. Quem diabo a reconheceria naquele país?

Abriu muito os olhos e nem soube o que dizer. O Pedro sorriu:

- O mundo é mesmo muito pequeno. Também cancelaram o teu voo de volta a casa?

Com dificuldade, a Carolina recuperou a voz:

- Não. Eu acabei de chegar, vou ficar por 10 dias para conhecer a cidade.

- No Natal?

- É uma altura como qualquer outra. E, como deves saber, não posso tirar férias em qualquer altura, portanto, tenho de aproveitar quando posso. A ti cancelaram-te o voo?

- Sim, vim há 4 dias para reunir com uns clientes e era suposto voltar hoje de manhã, mas cancelaram o meu voo e antes de amanhã, à hora de almoço, não me garantem que vá. Um amigo meu recomendou-me o Duke of Leinster Hotel, este hotel, e cá estou eu.

- O mundo é mesmo pequeno.

- Estás sozinha? Queres jantar? Podíamos jantar juntos, pelo menos é melhor do que jantar sozinho na véspera de Natal.

Lá se ia a sua nova tradição. Devia haver milhares de hotéis em Londres e aquele homem tinha de acertar no dela. Sem deixar transparecer o que pensava, disse:

- Claro. Estava mesmo agora a perguntar o funcionamento do restaurante. E tu, estás sozinho? Não vieste com nenhum colega?

- Não, não era necessário. Mas agora que penso nisso, o meu sócio sublinhou muito que não era necessário vir e suspeito que teve um pressentimento que se viesse lá se ia o Natal com a mulher e a filha. Tenho de confirmar se ele vai à bruxa ver essas coisas.

Ela sorriu:

- Tu não acreditas nessas coisas, pois não?

Ele não lhe respondeu e encaminhou-a para o elevador:

- Qual é o número do teu quarto?

Ela mostrou-lhe o cartão com o número. Ele sorriu:

- Sabes Carolina, não sei se acredito em bruxas, mas que há coincidências engraçadas, isso sem dúvida que há. Quais eram as probabilidades de nos encontrarmos na véspera de Natal, em Londres, sem uma combinação prévia?

- Ínfimas, próximas do zero absoluto, penso eu.

- Exactamente. No entanto, não só nos encontramos na recepção do hotel, como os nossos quartos são próximos, pois o meu é no mesmo corredor do teu. – disse mostrando-lhe o número do seu quarto. - Será que o destino nos quer dizer algo?

- Claro. Que este hotel deve agrupar as pessoas por andar, conforme a nacionalidade.

Ele deu uma gargalhada:

- Uma rapariga sempre com os pés assentes na Terra. Não há nada que te abale, que te faça questionar o universo e a razão de ser das coisas?

- Claro. A morte de pessoas inocentes, os desastres naturais, a guerra, os números grandes. As coisas pequenas do dia a dia Pedro, não são destino, karma ou fatalidades, são o entrelaçar natural das várias vidas, às vezes acontece de uma maneira, às vezes de outra, nunca se sabe porquê, e a maior parte das vezes nem tem um porquê. Chegámos. Daqui por uma hora está bem para ti, para jantarmos?

- Perfeito. Vou tomar duche e mudar de roupa, para sentir que vou para véspera de Natal e não apenas que perdi o avião.

- Então até já. – Disse-lhe a Carolina entrando no seu quarto.

A Carolina fechou a porta e encostou-se nela. Mentira descaradamente ao dizer que não acreditava em destino ou karma. Ela devia ter feito alguma coisa muito má na sua vida anterior, porque não merecia encontrar a única pessoa que não queria ver nos próximos 10 anos, no meio de uma cidade com mais de 7 milhões de habitantes, por coincidência. Londres tinha quase o número de habitantes de Portugal, caramba, e, ainda assim, conseguia tropeçar no homem? Depois do episódio em que lhe abria a porta meio despida, esperara sinceramente não voltar a vê-lo durante um bom tempo, para que esquecesse o acontecido. Não, passados dois meses, tinha de o encontrar de novo, num hotel em Londres, onde não tinha como esquivar-se da sua presença sem ser claramente indelicada, e ainda por cima, como cereja no topo do bolo, na Véspera de Natal? Ela conseguia ouvir claramente o que o destino lhe queria dizer: estás em sarilhos e a probabilidade de arranjares mais aumenta de forma exponencial, a cada momento.

Olhou para o relógio e suspirou, já tinham passados 10 minutos e ainda estava encostada à porta. Entrou, desarrumou a sua mala em 5 minutos e foi tomar um duche e arranjar-se. Lá tinha de pôr um pouco de maquilhagem, senão pareceria que não se importava. E ela que queria uma Véspera de Natal sem rigorosamente nada que a condicionasse!!

No seu quarto, o Pedro assobiava enquanto fazia a barba. Havia coincidências felizes, pensou animado. Já perspectivava um jantar sozinho, na Véspera de Natal, numa cidade estranha e, ali estava ela, para lhe fazer companhia. Estava linda, como sempre, apesar de completamente vestida, pensou rindo-se. Achava-a ainda mais magra do que no jantar do curso em Setembro e, pensando melhor nisso, muito calada. Será que ainda estava deprimida com a separação? Porque diabos escolhia passar o Natal sozinha, longe da família? O seu telefone tocou e ele foi atender, enquanto limpava os restos do creme de barbear da cara:

- Sim?

- Olá Pedro, é a Helena. A que horas chegas?

- Olá Helena. Tentei ligar-te há pouco, devias estar em reunião, deixei-te mensagem, cancelaram o meu voo. Estou em Londres e em princípio só consigo ir amanhã, à volta da hora de almoço.

- Tu não vens ao jantar de Natal da minha família?

- Helena, não é como se estivesse a faltar ao jantar por minha vontade, querida. Mas não posso forçar o aeroporto a fazer o voo.

- Eu não acredito. Bem te disse para não marcares essa reunião tão próxima do Natal. Estava-se mesmo a ver que isto acontecia. E agora, nem passo o Natal contigo. Olha Pedro, isto é inadmissível. Eu não apareço em casa dos meus pais sozinha. A minha irmã vai fazer-me a vida impossível, ela acha que nós não estamos bem e o facto de passares o Natal longe, só vai fazer com que me diga que tem razão.

- O que queres que faça, Helena? Que sequestre um avião para ir ao jantar dos teus pais? Que deixe de trabalhar antes das festas, para perder os clientes? Sabes bem que estas reuniões eram importantes e tinham alguma urgência, eu não as podia adiar.

- Claro que não. Tu só podes adiar e faltar aos jantares da minha família, o resto é absolutamente inadiável.

- Olha, Helena, eu não estou com disposição. Cancelaram o meu voo, estou num hotel, na véspera de Natal, em vez de ir ver a minha mãe, estou cansado e não quero discutir. Faz o que achares melhor. Amanhã, quando estiveres calma e relaxada, telefona-me. No entanto, tem um bom Natal.

E desligou o telefone, sem lhe dar hipótese de responder. A ideia de que não devia arriscar a relação, que a Helena era uma mulher perfeita para formar família, que a sua mãe gostava dela e que sabia lidar com qualquer situação evaporou-se e só conseguia pensar que perante uma situação que não podia controlar, ela punha-se a disparatar.

Olhou para o relógio e decidiu que não pensava mais no assunto. Ia jantar com a Carolina e festejar um Natal diferente, em Londres, com neve.

À hora marcada, cada um deles saiu do quarto. O Pedro deu um assobio baixinho quando viu a Carolina:

- Uau, Carolina. Pareces uma modelo, com esse vestido.

A Carolina ficou um pouco embaraçada:

- Obrigada. É apenas um vestido.

- Pois, isso é como dizer que o Big Ben é apenas um relógio.

- Não digas, se estivéssemos em Paris, a analogia seria com a Torre Eiffel?

- Mas oui, ma Chère.

- Ok, o meu francês só dá para isso, por isso não te estiques Pedro. Só sei dizer que não sei falar francês em francês, por isso é que vim para Londres.

Dirigiram-se ao restaurante e sentaram-se. O Pedro olhou à volta e reparou em várias pessoas sozinhas, e que o restaurante estava um pouco vazio. Fazendo um gesto com a cabeça para o resto da sala, comentou:

- As pessoas preferem passar o Natal em casa, pelos vistos.

- Nem todas.

- Pois, já me apercebi que não é o teu caso. Que se passou, brigaste com os teus familiares?

- Claro que não. Mas decidi que queria passar sozinha e longe de tudo.

- Continuas na tua missão de te encontrares e descobrires quem és?

- Não digas isso com ar irónico. É importante sabermos quem somos, para definirmos onde queremos ir e com quem. Muitas pessoas contribuem para a sua própria infelicidade, porque persistem nos mesmos erros, relacionam-se com o mesmo tipo de pessoas, apesar de já terem elementos que lhes indicam que não dá.

- Não estava a ser irónico, juro, Carolina. Apenas acho que podias fazer isso junto da tua família, sobretudo nesta quadra.

A Carolina baixou os olhos, para que ele não visse a tristeza que lhe dava estar ali sozinha. Pegou no cardápio e começou a analisá-lo:

- O que vais pedir, Pedro?

- Ok, muda de assunto. Acho que estás a ser covarde. Assume que o podias fazer em Portugal, em Lisboa, junto da tua família!

Ela deixou de fingir que analisava o cardápio e olhou-o com ressentimento:

- A minha família está feliz, a minha irmã está grávida, vai ter o segundo filho, tem um casamento fantástico. A minha mãe está feliz num namoro de anos, que colmatou a solidão que sentia desde a morte do meu pai e está a celebrar a chegada do segundo neto. Eu estou feliz por elas, mas não estou feliz por mim, porque eu não tenho nada para mostrar a não ser o meu trabalho, que convenhamos, já viu melhores dias. Para quê ensombrar o dia de Natal delas com o fantasma do meu fracasso, se no caso delas isso não acontece? Porquê não dar-lhes espaço para estarem genuinamente felizes e contentes, sem medo ou receio de que o seu riso me faça sentir triste por não ter o mesmo? Não, Pedro, eu não podia fazer isto em Lisboa. Eu precisava de uma cidade nova para mim. E Londres pareceu-me longe o suficiente para isso. – Respirou fundo e disse com voz normal e isenta de emoção: - O que vais pedir?

Ele olhava-a com ar sério:

- Desculpa. É fácil esquecer o quanto custa estar infeliz ao pé de pessoas enjoativamente felizes. Acho que fizeste bem, tanto mais que a tua escolha me permitiu ter companhia na véspera de Natal. Viva o auto conhecimento. – levantou o copo com um sorriso, tentando aligeirar o ambiente.

Entendendo a oferta de tréguas, ela levantou o copo e brindou:

- Ao auto conhecimento.

Depois do desabafo e das tréguas tacitamente assumidas, o jantar decorreu sem sobressaltos, centrando-se em assuntos inócuos e pouco pessoais. O estado dos tribunais, a reunião que o tinha levado a Londres e o azar do cancelamento do voo, devido a uma avaria do avião. No fim do jantar, ele insistiu em pagar o mesmo:

- Nem pensar, eu convidei, Carolina. Fizeste-me um grande favor, senão ia ter de comer sozinho a imaginar os doces da minha mãe e a chorar baba e ranho pela falta do seu colinho.

Ela riu-se com a imagem e dirigiram-se ambos ao elevador. Ele não queria acabar já a noite, pois ainda não era meia noite e sentia-se desperto. Mais, queria estar com ela e

conhecê-la melhor. As conversas com ela não eram aborrecidas e gostaria de ver como ... Nem se permitiu terminar o pensamento:

- Um último copo no meu quarto, Carolina?

Ela olhou-o indecisa:

- Não me parece boa ideia, Pedro. Um copo, a meio da noite, num quarto de hotel tem interpretações e significados que eu não

- Só para conversar um bocado. Como sabes sou um homem comprometido e ...

- Lembro-me, vagamente, que a última vez que estivemos sozinhos numa situação de alguma intimidade, tu beijaste-me e já então eras um homem comprometido.

Ele sorriu.

- Certo. Então tem o resto de uma boa Véspera de Natal.

A Carolina entrou no seu quarto, tentando não pensar na oferta que recusara. Não, não iria arriscar sentir-se tentada a Não.

Vestiu um pijama novo que adquirira para as férias. De cetim, com algumas rendas, parecia-lhe sexy. Mas para consumo próprio. Ia sentir-se bonita para si.

Já no seu quarto, o Pedro sentou-se e decidiu tomar a bebida sozinho e imaginar como teria sido a sua Véspera de Natal, se tivesse apanhado o voo. Bem, ainda estaria no jantar dos pais da Helena, que não gostavam de si, que o achavam uma péssima escolha da filha, o que deixavam bem claro em todas as ocasiões que podiam. A irmã estaria, mais uma vez, a namorar descaradamente com ele para tentar atingir a Helena e ele tentaria manter-se neutro e comedido. Pesadas essas perspectivas, o jantar com a Carolina, com uma conversa agradável e interessante, fora muito mais positivo.

O seu telefone tocou e viu o número da Helena. Tinha de falar com ela, não podia ignorar a sua chamada na Véspera de Natal. Atendeu o telefone mas não disse nada, esperando que ela fosse a primeira a falar. Do outro lado ouviu risinhos e arquejos, que diabo se passava?

- Pára, Carlos. Já te disse que isso me faz cócegas.

- Mas pensei que gostavas.

- E gosto. - Seguiu-se uma pausa em que os sons que se ouviam demonstravam claramente que as pessoas do outro lado se tinham envolvido num beijo e troca de carícias.

- Que disseste aos teus pais para não ires ao jantar?

- Disse que o Pedro não podia ir, mas que chegaria durante a noite e que ficava em casa à espera dele.

- Bem pensado. Adorei quando me telefonaste. Pensei que passaria a Véspera de Natal a aturar a minha madrastra, mas ficar contigo é muito melhor. Ultimamente quase não temos oportunidade de nos encontrarmos.

- Tenho receio que o Pedro descubra. Ele é um pouco desligado dos meus horários, mas é uma pessoa muito inteligente e qualquer deslize, apercebe-se.

- Não percebo porque não o largas e ficas comigo. Eu adoraria ter-te na minha cama todas as noites e garanto-te que moveria o mundo para estar na tua cama sempre que me quisesses.

- Eu sei Carlos. Mas o Pedro, dentro em pouco terá o cargo de Professor na universidade e eu quero o lugar de assistente em termos permanentes, o que conseguirei se ele me indicar. Tenho de o manter feliz até lá. É uma questão de tempo. Depois da minha nomeação, largo-o e fico contigo, prometo-te. E este romance ilícito aumenta a excitação, não achas?

No seu quarto de hotel, o Pedro ficou pálido. A Helena marcara o seu número sem querer e acabara de descobrir que ela dormia com o Carlos nas suas costas e que só estava com ele com o intuito de que a nomeasse sua assistente. Desligou o telefone, pois os sons que ouviu, indicaram claramente que os dois amantes não iriam falar durante algum tempo.

Já havia algum tempo que achava que as coisas não estavam bem com a Helena. Mas pensara que a fantasia com a Carolina lhe estava a perturbar o raciocínio e ignorara os sinais. As constantes reuniões fora do escritório, com respostas vagas sobre os assuntos que fora tratar. Tinha começado a pensar que a Helena tinha receio que lhe roubasse os clientes e deixara de perguntar, para que esta se convencesse que não tinha nada a recear. E o tempo todo ela estava a traí-lo com outra pessoa, com o Carlos. Reconhecera a voz dele, era o amigo da Carolina, da turma dela da faculdade. Que idiota, deviam rir-se dele nas suas costas, enquanto o enganavam. Era mesmo um idiota.

Dirigiu-se ao mini-bar decidido a embebedar-se e, no dia seguinte, quando chegasse a Lisboa, estava tudo acabado.

la pegar na garrafa quando se lembrou, excepção de não cumprimento. Se a Helena não lhe era fiel, ele também não tinha de se manter fiel ou de se sentir comprometido, pois já não estava. A Carolina estava no quarto ao lado. Sempre se sentira atraído por ela, queria estar com ela. Contivera-se em respeito à sua relação, mas essa relação não existia, era uma farsa da Helena.

Largou a garrafa, pegou na chave do quarto e saiu. Bateu à porta do quarto da Carolina e aguardou.



Quininha da Conceição

Empresária

Crónica Feminina

Nos Algarves, na pensão tudo e não sei o quê

Pois meus amigos foi desta que fechei o estabelecimento para férias e o meu Carlos Jorge pegou em nós e viemos passar uns dias aqui aos Algarves! O meu Carlos Jorge até me fez um papel para por na porta do estabelecimento a dizer encerrado para férias, aí como eu queria tanto há tanto tempo um letreiro daqueles! O meu Carlos Jorge, o pai que Deus o tenha em Seu descanso, era bom homem mas férias nem vê-las, era só trabalhar, trabalhar, muito trabalhava aquele homem, era só uns dias lá na terra para as festas e para ver o irmão que era em migrado lá na terra daquela senhora Marle, a Alemanha ou lá o que é, lá vinha ele em Agosto todo cagão, mais a mulher e os miúdos, vinham naqueles carros muito grandes que nem conseguia dar a volta ao largo da Igreja sem se raspar todo na esquina da drogaria, que aquilo deixava o senhor Abílio todo cheio de fernicoques, que aquele homem sempre me saiu cá um coca-bixinhos, pois lá vinha ele para as festas, o raio da mulher toda aperaltada, armada em finória só porque vive lá nos estrangeiros, até parece que não nasceu em casa lá na aldeia pelas mão da Olinda, a parteira, coitadinha, está toda minada do bicho, anda a fazer aqueles tratamentos e tudo, aqueles em que se fica toda careca. E os miúdos sempre a falar aquela língua esquisita que até arranha o gorgomilo, pois se não podiam ensinar língua de gente àqueles garotos, que nem se entendem com os primos!

Então o meu Carlos Jorge, o filho, resolveu que este ano não, vamos para os Algarves, para aquelas pensões mesmo junto ao mar, o meu Carlos Jorge diz que são hotéis mas para mim é pensões e acabou-se! Cá modernices! É daquelas pensões com tudo não sei o quê, logo na entrada, muito bonita, sim senhor! Assim muito grande, até parece aquela parte do meio do Colombo, logo na entrada põem-nos uma fita no braço e disseram que podíamos andar a comer e a beber de tudo e não pagamos nada. Não pagamos nada o tanas! Que o meu Carlos Jorge pagou adiantado com o cartão lá na internete, lá porque é cartão o dinheiro sai do bolso, não me venham cá com coisas que é tudo à borla! E olhem que custou só para os três os olhos da cara!

Vemos para o quarto, o que eu não percebo é porque é que não nos deram uma chave para a porta, deram-nos assim uma espécie de cartão do multibanco que uma pessoa enfia na porta e ela abre-se. Depois, uma pessoa entra e dá às luzes e nada! Ora, eu que vinha aflitinha desde sei lá onde, que isto a estrada agora parece que nunca mais acaba, a querer ir à retrete e tudo muito escuro, dei às luzes e nada! Anda uma pessoa este tempo todo para chegar aqui, quer ir cagar e nem

uma luzinha tem direito! Depois o meu Carlos Jorge lá descobriu que tinha que enfiar o tal cartão num buraco para a luz acender e pronto.

O quarto, é asseado, mas os cortinados já andam em precisão de um pontinho, e na casa de banho têm lá sabonetes e coisas para tomar banho nuns frasquinhos pequeninos, esta gente pensa que uma pessoa não se lava, então como é que querem que três pessoas se lavem só com aqueles frasquinhos, então para mais com este calor, que isto aqui é mais quente porque é para baixo, vem uma pessoa da praia com os pés todos enfarinhados da areia e querem que uma pessoa se lave com estes frasquinhos?!

Fomos dar uma volta na pensão, ver a piscina, eu a pensar que era assim como o tanque do Armindo lá da quinta, mas não é muito grande mas mesmo muito grande, o que aquilo deve de levar água! Eu não sei se meto lá o pé que aquilo para uma pessoa se enfiar lá dentro é por umas escadinhas muito pequeninas, esta gente é tudo em pequeno, olhe, mais pequenas que o escadote que tenho lá no estabelecimento! É melhor ir só mesmo à praia que já vi da janela que o mar é manso e dizem que a água é mais quentinha.

Chegou a hora da janta e lá fomos nós e então é que eu vi que, afinal, é tudo à vontade do freguês! É daquelas coisas que não vem o empregado à mesa, temos que ser nós a ir buscar e até podíamos buscar tudo, pois enchemos cá a pança, ele foi camarones, ele foi batatas, ele foi bolos e gelados, assim mesmo à grande e à francesa! Depois fomos todos para o bar e o meu Carlos Jorge deu-me a beber uma coisa que se chama muginho, era bem fresquinho, tinha hortelã-pimenta e tudo, mas fiquei toda entornadinha que me fartei de cantar e dançar lá nas variedades, que isto aqui até tem umas variedades à noite, quase que até parece o baile da aldeia, bem jeitosas as variedades!

Eu que vinha assim com a pulga atrás da orelha que isto de ir para um lugar que a gente não conhece e encomendar pela internet não me agradava lá muito, estou muito satisfeita. Isto é que são férias! E na próxima o meu Carlos Jorge já me disse que da próxima vamos é de avião. Isso é que era!

Ficha Técnica

Direcção:

Adelina Barradas de Oliveira

Cidalina Freitas

Design e Produção:

Diogo Ferreira

Inês Oliveira

Milene Bolas Prudente

Site:

www.justicacoma.com

Facebook:

JUSTIÇA COM A